

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lesso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris-Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lesso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lesso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 161ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 24 de Setembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Manóel e Odilon Reinhardt.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agnaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manóel — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Muggiati Filho — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldari — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Camargo — Quisiele Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/74 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 158/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o Desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 26, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 180/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 162ª Sessão Ordinária
Realizada em 24 de Setembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Odilon Reinhardt.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Agnaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manóel — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Marciano Baraniuk — Máuricio Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Muggiati Filho — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldari — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Paulo Camargo — Quisiele Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nrs. 217, 222, 223, 224 e 225/74 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nrs.:

67/74 — Orçamento de Mensagem Governamental sob o n.º 25/74, que autoriza a FUNDEPAR a constituir empréstimo ou financiamento junto ao Banco Nacional de Habitação — BNH, para obtenção de recursos a serem aplicados em obras de construção ou recuperação de unidades escolares em diversos municípios do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.601. — Agradeça-se.

13/74 — Do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública o Orfanato São Valdomiro, com sede na cidade de Irati, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.603. — Agradeça-se.

204/73 — Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná — BEMPAP, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.604. — Agradeça-se.

49/74 — Do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública a Irmandade do Hospital de Caridade, da cidade de Irati, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.605. — Agradeça-se.

61/74 — Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários do Paraná — "SUCESO", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.606. — Agradeça-se.

Sob os nrs. 218 e 227/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nrs.:

04/74 — Do Senhor Deputado Antônio Belinati, que visa declarar de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária — JUBIM, com sede na cidade de Londrina. — A C.C.J.

73/74 — Do Senhor Deputado Paulo Poli, que visa declarar como de Utilidade Pública a Confederação Umbandista do Paraná, com sede e foro em Curitiba. — A C.C.J.

Sob o n.º 145/74, do Senhor Eros Vitor Rauchbach, Diretor Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, comunicando que o Senhor Eng. Abrão Fuks, assumiu as funções de Diretor Técnico daquela Companhia. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 252/74, do Senhor Prof. Moacir Francisco Rodrigues, Secretário Executivo da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, de Londrina, encaminhando cópia da Nota Oficial distribuída à imprensa e outros órgãos representativos, a qual segue na íntegra. — Ao conhecimento da Casa.

PARECE NOVELA

— Enquanto outros Estados têm seu Estatuto, com quadro próprio elaborado funcionando ou prestes a funcionar, no Estado do Paraná a Educação guarda-se em silêncio absoluto. No Rio Grande do Sul, a partir de outubro, entrará em vigor o novo quadro próprio dentro do espírito da reforma: concentrar o professor num colégio com tempo integral para além das aulas dedicar-se ao aperfeiçoamento pessoal, à correção exaustiva de provas, à preparação cansativa de aulas. Pelo novo Quadro Próprio o Professor gaúcho ganhará pelo tempo integral de 44 horas Cr\$ 4.500,00; destas 44 horas ele dá no máximo 20 aulas e as outras ele passa no Colégio para reuniões pedagógicas, etc.; 50% do professorado gaúcho já optou pelo novo plano. Enquanto isto, aqui continua o absurdo de se ter que fazer Dois Concursos para garantir 20 horas de aula: isto quando vem Concurso, até lá a novela do suplementarista continua; vejamos outro exemplo: em Itaguajé apareceu em 1973 o acadêmico Luiz Arnaldo Prazeres; recebeu as 20 aulas o que tinha direito. Em 1974 já licenciado tinha direito a 32 aulas pois não havia quem tivesse mais títulos e direito do que ele. Mas que foi a surpresa dele quando na distribuição 10 aulas só recebeu 10. Das outras 22 a que tinha direito foram distribuídas 10 ao acadêmico de 2.º ano da FAFI de Tupã, José Américo Vitorino e 14 à irmã dele Maria Stella Vitorino, Diretora da Escola Normal, que também era aluna da FAFI de Tupã com dependência em Português e Lingüística. A arbitrariedade foi de autoria da Diretora Walkiria Mauzzi Bertazzo mancomunada com o profeto; enquanto que a Diretora do Normal, Maria Stella Vitorino estava nas boas graças do deputado. Então para atender os apadrinhados políticos, alguém devia ser sacrificado em seus direitos e a vítima foi o Professor Luiz Arnaldo Prazeres. Recebeu apenas 10 aulas quando tinha direito a 32. É claro que não ficou por isso. O professor lesado embargou as aulas, foi pessoalmente a Curitiba; encomodou-se etc. Quando a Diretora Prof.ª Walkiria soube ocorreu nas casas dos pais de cujos filhos tinham sido reprovados pelo professor Luiz Arnaldo Prazeres e pediu que assinassem um papel sem texto alegando que era só para distribuição de aulas suplementares. Depois que todos assinaram ela escreveu o seguinte texto: "Nós abaixo assinado, pais de alunos que frequentam as aulas séries A, B e C diurno, nos reunimos a fim de solicitar junto à Diretora do Ginásio Estadual de Itaguajé, que providencie junto aos órgãos competentes para que o Prof. Luiz Arnaldo Prazeres não use o cargo de professor para espancar alunos como é de seu costume". Evidentemente o professor não deixou por isso; procurou todos os pais que assinaram e deu-lhes a conhecer o texto que conseguiu em Curitiba; ficaram horrorizados, fizeram outro abaixo-assinado a favor do professor Luiz Arnaldo Prazeres, desmentindo o primeiro no qual foram ludibriados em sua boa fé e confiança na Diretora que é de confiança "da política". O professor Luiz Arnaldo Prazeres está de posse de outros abaixo-assinados de colegas, de alunos que comprovam sua idoneidade e capacidade como professor. Segundo o professor disse ter sido informado por terceiros que a Diretora teria agido assim porque ele não quis namorar e casar com a filha dela. — Ao conhecimento da Casa.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O art. 41 e seus parágrafos, da Constituição Estadual, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 — O Tribunal de Contas, com sede na Capital do Estado, tem jurisdição em todo o território estadual.

§ 1.º — O Tribunal de Contas exerce, no que couber, as atribuições previstas pelo art. 115, da Constituição Federal e terá quadro próprio para o seu pessoal.

§ 2.º — A Lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas, podendo dividi-lo em Câmaras e criar delegações ou órgãos destinados a auxiliá-lo, no exercício das suas funções e na descentralização dos seus trabalhos.

§ 3.º — Os Conselheiros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembleia Legislativa dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública e terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

§ 4.º — Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3.º e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos conselheiros.

§ 5.º — Com licença do Tribunal, poderão os seus membros desempenhar missões temporárias de caráter especial, diplomáticas ou culturais.

§ 6.º — A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas é consti-

tuida por Procuradores com as mesmas garantias prerrogativas dos Auditores e sendo nomeados pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, maiores de trinta anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros e de administração pública.

§ 7.º — O Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas será nomeado, em comissão, pelo Governador, atendidos os requisitos do parágrafo anterior.

§ 8.º — Os vencimentos dos Auditores e Procuradores não poderão ser inferiores a nove décimos dos vencimentos dos Conselheiros.

§ 9.º — No exercício das suas atribuições de controle da administração financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas representará ao Poder Executivo e à Assembléia Legislativa sobre irregularidades e abusos por ele verificados.

§ 10 — O Tribunal de Contas, de ofício ou mediante provocação da Procuradoria ou das auditorias financeiras e orçamentárias e demais órgãos auxiliares se verificar a ilegalidade de qualquer despesa, inclusive as decorrentes de contratos, deverá:

a) assinar prazo razoável para que o órgão da administração pública adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei;

b) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, exceto em relação a contrato;

c) solicitar à Assembléia Legislativa, em caso de contrato, que determine a medida prevista na alínea anterior, ou outras necessárias ao resguardo dos objetivos legais.

§ 11 — A Assembléia Legislativa deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea "c" do parágrafo anterior no prazo de trinta dias, findo o qual sem pronunciamento do Poder Legislativo será considerada insubsistente a impugnação.

§ 12 — O Governador poderá ordenar a execução do ato a que se refere a alínea "b" do § 9.º, "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

§ 13 — O Tribunal de Contas julgará da legalidade das concessões iniciais de aposentadorias, reformas e pensões, não dependendo da sua decisão as melhorias posteriores.

§ 14 — Ressalvado o disposto nos incisos I e II do artigo 74, os Conselheiros Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, não poderão ser aposentados antes de cinco (5) anos de permanência no referido Tribunal.

II — O inciso II do artigo 70 passa a vigorar com a seguinte redação:

I — ...

II — cinco por cento (5%) ao completar trinta e um (31) anos de exercício e mais cinco por cento (5%) por ano excedente até o máximo de vinte e cinco por cento (25%).

III — O artigo 76 passa a vigorar com a seguinte redação, suprimido o parágrafo único do mesmo artigo:

"Art. 76 — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para todos os efeitos legais".

IV — O artigo 79 e seu parágrafo primeiro passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79 — O funcionário público investido em mandato eletivo federal ou estadual ficará afastado do exercício do cargo.

§ 1.º — O período de exercício de mandato federal ou estadual será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais".

V — O artigo 147 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 147 — Cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a um subsídio mensal e vitalício igual aos vencimentos do cargo de Desembargador".

VI — O artigo 149 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149 — A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida mediante controle externo da Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, nos termos desta Constituição".

Sala das Sessões, em 24-09-74.

Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei nrs. 235-73, 264-73, 69-74, 72-74 e 113-74, e de Resolução nrs. 30-74 e 31-74.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 259-73, assim como seja incluído na Pauta.

— de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 101-74.

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando Regime de Urgência para a Mensagem n.º 56-74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni solicitando Regime de Urgência às Proposições nrs. 180, 181, 182 e 183/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo passamento do prestame e conceituado cidadão Anacleto Reichert, figura de relevo de nossa sociedade onde, mercê dos dotes pessoais que lhe exornaram o viver, sobre granjeou vastíssimo círculo de relações.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa, acompanhada de cópia deste Requerimento, comunicada à família enlutada, na pessoa do Dr. Romualdo Reichert, Chefe de Gabinete do Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos presentes trabalhos, um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do Sr. Adolfo Valentin Rosino, ocorrido na cidade de Cambira, em data de 14 do corrente mês.

O extinto era pessoa grandemente relacionada e tendo o seu passamento conternado a sociedade local.

Requer, ainda, que se dê conhecimento da manifestação deste, à família enlutada, na cidade de Cambira.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos presentes trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 13 do corrente mês, do jovem Adilson de Paula Guimarães.

O extinto era filho do Senhor Vicente de Paula Guimarães, dedicado funcionário da Prefeitura Municipal de Cambira e de dona Terezinha Barbosa Guimarães, conceituada professora na cidade de Jandaia do Sul.

Era ainda, brilhante estudante universitário e que ora cursava o 3.º ano de Medicina, tendo o seu passamento conternado aqueles que o estimavam.

Requer, outrossim, que, da manifestação deste, seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa do Sr. Vicente de Paula Guimarães, na cidade de Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1974.

(a) Gilberto Rezende Carvalho

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Cel. Oswaldo Xavier Pombo, ocorrido em nossa Capital no dia 09 do corrente.

O Cel. Pombo teve uma brilhante carreira devotada a nossa gloriosa Polícia Militar, onde a servia com bravura e devotamento.

Irmao do Cel. Orlando Xavier Pombo, foi ele em vida um exemplo de homem público, que muito deve orgulhar sua honrada família.

Assim, uma vez aprovado o presente, com o registro desta homenagem nos Anais históricos do Paraná, requeiro dê-se ciência à família enlutada, como um reconhecimento a quem em vida tanto fez pelo bem comum.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer nos termos regimentais, seja inserido em Ata voto de louvor pelo transcurso do 10.º aniversário da assinatura do Convênio que estabeleceu o Comitê dos Companheiros das Américas Paraná-Ohio.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Arthur de Souza

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais dos trabalhos da presente Sessão voto de regozijo pelo sucesso da III Feira Nacional da Madeira — FENAM, realizada em Curitiba de 13 à 22 de setembro corrente, patrocinada pela Federação das Indústrias e Sindicatos Madeireiros do Paraná e cuja promoção esteve à cargo da Diretriz Empreendimentos S.A., empresa paranaense que se dedica a promoção de feiras.

O objetivo principal da FENAM é promover e incrementar a comercialização da madeira e seus derivados, ao mesmo tempo em que se proporciona a atualização técnica da nossa indústria madeireira com a participação de importantes empresas nacionais e estrangeiras fabricantes de modernas máquinas e equipamentos para a industrialização da madeira, proporcionando, portanto, um estreito contato de madeireiros, empresários e homens de negócios ligados ao setor.

Repetindo o sucesso dos dois anos anteriores, a FENAM além de promover o Estado do Paraná, principalmente no setor econômico teve a oportunidade de trazer a Curitiba importantes empresários e industriais estrangeiros.

Outrossim, requer, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos organizadores de III FENAM, na pessoa do Senhor Carlos Young, Diretor da Diretriz Empreendimentos S.A.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUEIRO o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, de cópia do seguinte pronunciamento-apelo:

Em sua recente visita a Curitiba o Ministro Ney Braga antecipou, ao conhecimento da opinião pública de seu Estado, trabalho que será apresentado, por sua administração, à Reunião de Secretários de todo o Brasil, marcada para o período entre 21 e 25 de outubro, em Petrópolis.

O documento aborda a necessidade de coordenação dos esforços dos Municípios, Estados e União, para a melhoria do ensino em todo o Brasil, garantindo que até 1978 oitenta por cento de alunos das zonas rurais tenham vagas asseguradas no ensino de primeiro grau. O detalhamento e a profundidade do estudo, cujo resumo foi publicado pela imprensa, em suas edições do último dia 15, revelam a dimensão da preocupação do ministro Ney Braga, e a oportunidade com que vai abordar a problemática do ensino brasileiro geradora, ela própria, de outros grandes dramas sociais de hoje.

Louvável, em todo seu conteúdo, o estudo em determinado tópico quando encara, realisticamente, o baixo poder aquisitivo do brasileiro e admite a distribuição, a baixo preço, de todo o material didático adotado no ensino do primeiro grau.

Nós, como todos os demais Senhores Deputados, em nossas viagens pelo interior, e mesmo na Capital, temos constatado quão deficiente se apresenta a estrutura do ensino de primeiro grau, em função das repetências e das evasões de alunos. Testemunhamos, também, a dimensão do sacrifício imposto aos pais de alunos pobres, para manter seus filhos na escola, especialmente no interior, onde o ensino de primeiro grau é praticamente, o único existente. O quadro desalentador choca mais ainda quando sabemos ser o Paraná um dos Estados de maior potencial de desenvolvimento educacional do país, dotado de uma rede de ensino público privilegiada, no confronto com as demais unidades da Federação.

No momento, portanto em que aplaudimos o estudo realizado por técnicos e encampado pelo Ministro Ney Braga, queremos, ainda, somar sugestão, no que se refere à preocupação de barateamento do ensino para que seja, realmente, um direito universal de todos os brasileiros.

Como já afirmamos, admite o Ministério de Educação o fornecimento de material escolar a baixo custo, no ensino de primeiro grau. Nossa sugestão, com alcance maior, pretende seja extirpada uma escandalosa anomalia que afeta não apenas escolares, mas os estudantes de todos os níveis. Falamos do

infimo aproveitamento do livro didático no Brasil. Reconhecido e apregoado o baixo poder aquisitivo da população, é chocante que o livro didático sirva aos interesses gananciosos da indústria editorial que lança, anualmente, centenas de títulos novos e promove, junto ao magistério, verdadeiras campanhas de aliciamento, para a adoção das novas edições.

Vergonhosa é a consequência dessa educação mercadejada. Cada livro serve a um aluno, durante um ano. Passado o período, transforma-se em papel inútil, em material em desuso, como se não fora o brasileiro um povo pobre e o papel um material precioso. Impossibilita-se às famílias numerosas que os filhos mais velhos cedam os livros já usados aos mais jovens. Os próprios Bancos de Livros, recomendados pelo Governo Federal, transformaram-se em depósitos de exemplares taxados de obsoletos, que poucos procuram.

A política do livro didático deve ser encarada com realismo e urgência pelo Ministério de Educação, capaz, tão somente ele, de disciplinar a matéria conforme os interesses nacionais e não os da indústria editorial. Não aceitamos a argumentação de que a renovação constante dos conhecimentos e da didática obriguem a troca anual de títulos. Algumas das chamadas "edições revisadas" acrescentam apenas meia dúzia de palavras à edição anterior, ou, meramente, fazem transposição dos assuntos: entretanto, embora nada crescentem, são exigidas pelos professores. Não acreditamos na necessidade febril da falsa renovação, que se verifica mesmo onde os assuntos são imutáveis, como os que estabelecem princípios de ciências puras, como matemática física, química ou tratam de história ou geografia. Em um País pobre, como o Brasil, é criminoso o desperdício de livros didáticos, é escandaloso o comércio que impõe ao povo despesas desnecessárias, em benefício, somente, das inconseqüências de determinados setores da indústria editorial e da sensibilidade ao aliciamento demonstrada por setores menos responsáveis do magistério.

A ação do Ministério de Educação, no setor, seria a padronização dos livros didáticos, com dinamização dos Bancos de Livros, fazendo com que os compêndios adotados nas escolas públicas sirvam durante determinado número de anos, em todas elas, possibilitando trocas entre alunos, sem onus maiores. No setor universitário, também caberia a aquisição de direitos sobre determinadas obras estrangeiras, universalmente adotadas, tornando estática suas traduções, visto que os originais, editados em outras línguas, são de uso difícil e custo proibitivo.

Nossa sugestão-apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro Ney Braga condiz com o espírito revelado no estudo que acaba de divulgar, onde transparecem a coragem, a decisão, o ânimo de revolucionar, para melhor, estruturas enfierradas. Ao mesmo tempo em que manifestamos nosso aplauso ao trabalho publicado, antecipamos também a confiança de que este pronunciamento-apelo moverá receptividade, diante da certeza de que o Ministro Ney Braga saberá compreender e admitir que solucionar o grave problema do livro didático no Brasil será, por si só, providência capaz de assinalar como patriótica e positiva qualquer administração ministerial.

Sala das Sessões em 24 de setembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, encaminhe-se ao DIPOA, órgão fiscalizador do Ministério da Agricultura, no sentido de que reveja sua política de inspeção aos pequenos açougues retalhistas.

O fato que justifica o presente apelo prende-se à fiscalização exercida recentemente pelo DIPOA, determinando o fechamento de vários pequenos estabelecimentos, principalmente no bairro de Santa Felicidade. Tratam-se de açougues tradicionais, não aparelhados, por certo, com a sofisticação tecnológica dos grandes estabelecimentos, mas obedientes aos princípios de higiene sanitária. Entretanto, determinou o DIPOA a aquisição de aparelhamentos dispendiosos, ao mesmo tempo em que suspendia as atividades desses açougues, impondo um contrassenso: os pequenos retalhistas, sem atividade, não possuem recursos para adquirir os aparelhamentos exigidos.

Nessas condições, o apelo é para que aquela repartição, uma vez que o estabelecimento não oferece perigo à saúde pública e apresente condições de higiene, autorize o seu funcionamento, dilatando prazos para a compra de equipamento e reformas exigidas.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, o envio de expediente ao Sr. Arturo Andreoli, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — Copel, solicitando ao mesmo providências no sentido de que venha a ser instalada rede de energia elétrica na localidade de São João, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

A localidade de São João, próxima da cidade de Cascavel, tem colaborado de forma efetiva e preponderante para o desenvolvimento daquele Município.

É viável, natural, justa e portanto compreensível, que, em face de tal desenvolvimento e crescimento objetivo para sua gente e sua localidade, benefícios provenientes do progresso por que atravessa toda aquela região do Estado.

E, baseados nesta pretensão, é que na condição de representante daquela região neste Legislativo, nos permitimos dirigir à alta Direção da Copel — Companhia Paranaense de Energia Elétrica, objetivando que aquela Companhia após estudos de viabilidade, venha a determinar a inclusão daquela localidade, dentre as tantas que deverão ser beneficiadas com a instalação e implantação de tal tipo de utilidade ainda no corrente ano, principalmente se considerarmos a facilidade de tal Projeto, em face da proximidade daquela localidade de rede já instalada.

Norteados, pela dinâmica que orienta as realizações daquela Companhia, não nos resta a menor dúvida de que, dentro de breve lapso de tempo, haveremos de constatar que presente reivindicação será atendida, não somente para o benefício de toda aquela região, mas também para a continuidade do trabalho de engrandecimento apresentado em todo Estado do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, de um apelo no sentido de atendimento à reivindicação de inúmeros pais de alunos que completam o 1.º (primeiro) ciclo do ensino escolar, consubstanciada no abaixo-assinado enviado a Sua Excelência, pleiteando a criação de um estabelecimento de 2.º (segundo) ciclo escolar na Vila Higienópolis, planta "Sant'Ana do Paraíso".

O atendimento a este apelo e a reivindicação de numerosos pais evidenciará o empenho e a preocupação do Governo do Estado em proporcionar melhores condições e maiores facilidades de aprendizagem à população escolar de nossa Capital e desproporcionar inclusive, maior segurança à juventude estudiosa e menos apreensões aos familiares, diante da redução dos riscos decorrentes de deslocções ao centro da cidade ou a outros bairros distantes.

Sala das Sessões em 24 de setembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado urgente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, no sentido de que determine ao D.E.R. a inclusão no plano prioritário de obras a construção da ponte sobre o rio Piquiri, no trecho que liga Umuarama a Assis Chateaubriand.

Aquela ponte reveste-se de vital importância para o progresso e desenvolvimento das duas regiões, que tem presentemente precárias comunicações rodoviárias através de balsas.

O povo daqueles dois Municípios nos tem apelado inúmeras vezes a que façamos esta proposição, que consolidada, virá de encontro as necessidades coletivas e proporcionará uma integração maior e melhor daquela importante parte de nosso Estado.

Certo de que esta Assembleia não deixará de aprovar este pedido, por ser justo esperarmos o seu atendimento pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1974.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário seja dirigido apelo aos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias de uma Agência Bancária do nosso principal Estabelecimento de Crédito em Ramilândia, Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa deste expediente prende-se ao fato de estar Ramilândia numa das regiões mais prosperas do Estado e aonde a agricultura e a indústria desenvolvem-se em ritmo acelerado.

Assim sendo, necessita de um estabelecimento de crédito para operações de financiamento agrícola-industrial, pois no futuro o maior beneficiado será o Estado do Paraná com mais uma crescente fonte de arrecadação.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Fazenda, de apelo no sentido de acolherem a reivindicação, formulada pela Câmara Municipal de Maringá por proposta do seu ilustre Vereador Antonio Sanchez, tendente a evitar o transporte desnecessário do trigo produzido em nosso Estado que, segundo estimativas, representará um gasto superior a 10 milhões de litros de óleo combustível e prejuízos na arrecadação do I.C.M. de ordem de 30 milhões de cruzeiros.

Requer, também que do presente Requerimento seja dado conhecimento aquela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 146-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga Ramilândia à BR-227, no Município de Matelândia, via Diamante do Oeste.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICACÃO:

O volume da riqueza agro-pecuária que se escoia por esse trecho de estrada é muito significativo, em termos econômicos, para se deixar no estado precário em que se encontra, aquela rodovia.

Tem sido esse problema um dos pontos de estrangulamento da economia da região, pois toda vez que chove a referida via se torna intransitável, e, com isso, parte da produção é perdida.

Ao Estado interessa particularmente, garantir o fluxo contínuo dessa riqueza, em direção aos centros de comercialização, não apenas pelas resultantes tributárias, como pelas implicações sócio-econômicas que o êxito das safras representam para a comunidade.

Dessa forma, a transferência do trecho de estrada para o DER é medida de racionalidade administrativa, em favor da qual certamente a totalidade da Casa se colocará.

PROJETO DE LEI N.º 147-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a criar e instalar cursos de 1.º e 2.º Grau, na localidade de Santa Cruz, Município de Catanduvas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

A localidade de Santa Cruz, no Município de Catanduvas, região oeste do Estado do Paraná, tem acompanhado e contribuído de forma especial para o progresso e desenvolvimento apresentado por aquele Município.

Apresentando população considerável, de há muito vem sentindo profundamente a carência de escola naquela região.

Bastante distante da sede do Município, a sua juventude em idade escolar, tem interrompido em índices bastante grandes os bancos escolares, pois veem-se impossibilitados de prosseguir estudando por não haver em sua localidade os cursos que se seguem ao primário.

Em face de tudo que até o presente expusemos, é que nos permitimos apresentar o Projeto de Lei, que tem como objetivo principal, caso seja aprovado e sancionado pelo executivo, dar cada vez melhores condições de desenvolvimento ao Município de Catanduvas e em especial a região oeste do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 148-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a criar e instalar cursos de 1.º e 2.º Grau, no Distrito de Campo Bonito, Município de Guaraniáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

É difícil se conceber e se pretender o desenvolvimento de uma localidade de um região, sem se dotar a mesma de mínimas condições que lhe permitam tal progresso, ou mesmo que o cerceiem.

É portanto, necessário e fundamental, que o Poder Executivo do Estado, através de suas secretarias criem tais condições.

O Distrito de Campo Bonito, no Município de Guaraniáçu, vem lutando com dificuldades, objetivando acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se processa de anos para cá na região oeste do Estado.

Apresentando um número variável de residências entre 250 a 300, com 1.800 eleitores inscritos, com número aproximado de 350 crianças em grau de escolaridade primário, com turmas compostas de 90 alunos nos 5.º e 6.º período do primeiro grau, sendo que, 40 alunos deixaram de estudar pois foi fechado o 7.º período do primeiro grau, funcionando o curso como extensão ou melhor curso extensivo do ginásio da sede do Município, e com população de aproximadamente 15.000 habitantes, já está merecendo de há muito como se pode facilmente constatar a criação e instalação de cursos definitivos de primeiro e segundo grau.

Baseando sua economia fundamentalmente na agricultura, onde produziu na última safra aproximadamente 50.000 sacas de soja, igual número de sacas de trigo e 100.000 de milho, e considerando que o povo laborioso da agricultura, contribui de forma efetiva para o engrandecimento do nosso Estado, não temos a menor dúvida de que a presente reivindicação não deixará de ser atendida pelas autoridades constituídas de nosso Estado, que tem como objetivo precípuo, colocar o Paraná em plano de destaque no cenário Brasileiro.

PROJETO DE LEI N.º 149-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Judiciário de Ouro Verde, Município de Corbélia, com divisas a serem fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

O impressionante desenvolvimento apresentado em todo Brasil e principalmente no Estado do Paraná nos últimos anos, provocou reflexos favoráveis em todos os municípios e regiões de nosso Estado.

A região oeste do Paraná, através da diversificação de determinadas e inúmeras atividades pode apresentar nos últimos anos desenvolvimento digno de louvores, tudo em razão do alto espírito de trabalho de sua gente.

O Distrito de Ouro Verde, componente do Município de Corbélia apresentou em face disto grande desenvolvimento populacional, apresentando nos últimos anos apreciável desenvolvimento demográfico.

A partir do crescimento, naturalmente, passa o Distrito a prescindir de novos recursos que não venham impedir o seu progresso, dentre eles se faz premente a criação pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná, de um distrito judiciário, possibilitando desta maneira a criação e instalação de novos cartórios.

Pois, a distância que separa o distrito de Ouro Verde, da sede da Comarca do Município que é Corbélia, e que possui somente um cartório tem criado sérias e inúmeras dificuldades a todos os habitantes daquela localidade.

Na certeza da compreensão e do elevado bom senso do Poder Judiciário do Estado, temos quase certeza que a presente reivindicação não deixará de ser atendida, pois através da adoção desta medida, se estará propiciando e colaborando de forma mais efetiva para o desenvolvimento daquela região e do Estado.

PROJETO DE LEI N.º 150-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Judiciário de Juvínópolis, no Município de Cascavel, com divisas a serem determinadas e fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Juvínópolis, componente do Município de Cascavel, tem contribuído de forma efetiva e irrefutável para o desenvolvimento não só daquele Município mas também de toda a região oeste do Estado.

No entanto, até o presente momento ainda não foi dotado de certos bene-

fícios que lhe permitam prosseguir colaborando sempre e cada vez mais para o contínuo desenvolvimento daquele Município.

Dentre estes benefícios, esta a exigir a criação do Distrito Judiciário, que permita em face disto a criação e instalação de pelo menos um cartório em sua sede.

Em face da distância considerável que separa Juvínópolis da sede do Município, a cidade de Cascavel, inúmeras tem sido as dificuldades encontradas pela população daquele distrito, no que tange ao fiel cumprimento de determinadas formalidades legais, isto porque a estrada que liga os dois pontos nem sempre apresenta condições de tráfego normal.

Acreditamos portanto, que o Poder Judiciário do Estado, não poderá permanecer por mais tempo indiferente em face de tal situação, e haverá por bem incluir como distrito judiciário Juvínópolis, permitindo desta forma que o mesmo possa progredir sua marcha de progresso sem maiores dificuldades e possibilitando desta forma o fiel e rápido cumprimento das formalidades legais.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur de Souza, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo: "O Deputado que este subscreve requer, nos termos regimentais, seja inserido em Ata um Voto de Louvor aos "Companheiros das Américas".

No dia 19 de março de 1964, sob a inspiração do programa "Aliança para o Progresso", nascem nos Estados Unidos o programa "Companheiros da Aliança", que procurava unir não apenas governos e governantes, mas, principalmente, os povos dos diversos países das Américas.

A 28 de setembro daquele mesmo ano, na cidade de Cleveland com a presença do então Embaixador brasileiro Juracy Magalhães, foi assinado o convênio que imantava nosso Estado norte-americano de Ohio.

Hoje com sua denominação mudada para "Companheiros das Américas", o programa prossegue em seus objetivos de um maior intercâmbio abrangendo todos os setores — cultural, comercial, turístico etc. — e 18 Estados brasileiros são "irmãos" de 18 Estados Norte-americanos.

A real implantação do programa aqui no Paraná foi em janeiro de 1965, quando recebemos a visita de um primeiro grupo vindo de nosso Estado-irmão. De lá para cá, inúmeras tem sido as visitas recíprocas e os entendimentos cada vez mais harmoniosos entre os dois Estados. Mas, principalmente no intercâmbio universitário, o Comitê Paraná-Ohio vem marcando sua presença com os trabalhos desenvolvidos nos dois Estados. Desde 1966, quando se iniciou a troca de grupos de estudantes de universidades paranaenses e de Ohio, o Comitê Paraná-Ohio já enviou cerca de 200 rapazes e moças, verdadeiros embaixadores divulgando o Brasil e o Paraná, nos Estados Unidos, especialmente em Ohio. Dando entrevistas em jornais e televisões, privando do convívio de estudantes e de famílias americanas, nossos estudantes tem aumentado o interesse pelas coisas brasileiras. Aliás, é preciso frisar que quando o programa teve início, há 10 anos, apenas uma das 107 universidades de Ohio ensinava Português, e hoje, sete escolas superiores de nosso Estado-irmão contam com cursos regulares de nosso idioma em seus currículos.

Ligando a Universidade Federal do Paraná à Miami University, da cidade de Oxford, em Ohio, o Comitê foi a mola propulsora para que fosse firmado o convênio entre as duas entidades; foi também por iniciativa do Comitê Paraná-Ohio que os Governadores do Paraná e de Ohio assinaram um convênio de amizade.

No decorrer destes anos, cerca de cem norte-americanos de Ohio já visitaram o Brasil e o Paraná: jornalistas, turistas, homens de empresa, professores e principalmente, jovens universitários — que vem em grupos, anualmente, a cada mês de agosto —, todos colaborando para uma maior divulgação do que somos e como somos.

Funcionando como um clube de serviço, em que prestantes cidadãos de nossa comunidade dão parte de seu tempo e de seu trabalho, por acreditarem no ideal de amizade e colaboração "people-to-people", o Comitê Paraná-Ohio não tem fins lucrativos, não possui sede própria ou qualquer espécie de bens móveis ou imóveis, não tem empregados, mas vem executando um magnífico trabalho no sentido de aumentar os laços já existentes entre os dois Estados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que nesta data, quando dez anos são decorridos do entrelaçamento desta amizade, esta Casa devia se pronunciar sobre o acontecimento. Daí porque pedimos a inserção em Ata do voto de louvor ora requerido.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, devidamente apoiada, constante do Expediente. Será anexada ao Projeto. Será publicado em avulso para distribuição aos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43-74, que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério da Secretaria da Educação e Cultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em REGIME DE URGÊNCIA.

Ao referido Projeto, foi apresentado Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, do seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer:

Considerando que esta Assembléia Legislativa recebeu Mensagens Governamentais sob n.ºs. 43 e 44-74, dando origem aos Projetos de Lei n.ºs. 115 e 116-74 respectivamente e protocolados nesta Casa sob n.ºs. 6357 e 6358-74, em 1.º-8-74, nas quais Sua Excelência o Senhor Governador invocou o disposto no artigo 25 em seu parágrafo 3.º;

Considerando que em data de 15 do corrente mês esgotou-se o prazo invocado de conformidade com os dispositivos acima apontados;

Considerando ainda que esta Colenda Assembléia não deliberou dentro do prazo estipulado (parágrafo 5.º do artigo 25) aqueles Projetos de Lei oriundos das Mensagens Governamentais já especificadas é que vem Requerer sejam retirados da Ordem do Dia os Projetos de Lei n.ºs. 115 e 116-74, e devolvidos com a máxima urgência, a Sua Excelência o Senhor Governador para a posterior promulgação nos termos da Lei maior.

Saía das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Ivo Thomazoni".

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Para discutir).

Parece-me, que pela primeira vez nesta Casa, o Governador vale-se de um dispositivo constitucional para invocar o Artigo 25 da Constituição do Estado, para aprovação da Mensagem.

É um dispositivo que a meu ver está inserido na Constituição de forma crônica. Nós, que votamos a Constituição dentro de circunstâncias que todo o Brasil conhece, não só o Paraná, mas todo o Brasil conhece, tivemos que aceitar este dispositivo a meu ver esdrúxulo, na Constituição do Estado.

Porque matéria de maior importância como a de criação de cargos como a que se propõe a Mensagem do Governo do Estado, criando cargos que, nesta particular, nesta Mensagem, parece que há justiça, porque trata-se de criação de cargos de professores, e todo o Paraná sabe que há uma carência de professores no Estado.

Mas admitamos que fosse a criação de outros cargos, cargos absolutamente desnecessários. O Governo do Estado valer-se-ia do mesmo dispositivo constitucional para pressionar à Casa, a aprovação de uma Mensagem que não consultasse os interesses do povo do Paraná.

Não é o caso, como já disse, da Constituição em tela, porque há necessidade da criação de cargos de professores.

Mas vou votar contra o Requerimento, Sr. Presidente, para que não frutifique o exemplo, para que não venha amanhã o Sr. Governador do Estado criar polpudos e vantajosos cargos, por causa deste mesmo dispositivo constitucional. Vou votar contra o Requerimento porque é inusitado o gesto do Sr. Governador. Parece, não tenho certeza, que nenhum Governo até agora usou deste dispositivo.

Existe absoluto clima de cordialidade e de entrosamento entre o Poder Executivo e o Legislativo. Sinceramente, acho uma forma desleal de o Líder do Governo tentar uma aprovação de uma Mensagem com recursos desta natureza.

Nós não temos culpa que não há quorum na Casa para votação da matéria. A meu ver, há uma certa desconsideração, inclusive para com a própria Banca da ARENA desta Casa, se invocar um dispositivo pela primeira vez, para aprovação de uma matéria que cria cargos, desta vez, trata-se da criação de cargos necessários, mas como se comportará o Governo quando se vier a criar cargos desnecessários na administração do Estado. Como existe Mensagem tramitando na Casa, embora não do Poder Executivo, criando cargos polpudos, mas desnecessários. Vamos ver como se comportará o Líder. Vou votar contra para fixar minha linha de conduta em requerimentos desta natureza, daqui para a frente. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Artigo 25 da Constituição do Estado, adaptado da Constituição Federal, faculta ao Executivo invocá-lo e fixar o prazo constitucional de 45 dias para exame de matérias pela Assembléia Legislativa do Estado. Quando a Assembléia Legislativa, por motivos que não vem ao caso citar, não pode dentro deste prazo constitucional analisar a matéria — e quando digo analisar a matéria refiro-me à aprovação ou rejeição da matéria — não há necessidade de que qualquer dos ilustres membros desta Casa requiera a devolução da Mensagem Governamental para a promulgação nos termos da lei maior.

Ocorre, Sr. Presidente, que tem sido difícil nesta época pré-eleitoral, fazer com que os Srs. Deputados deixem o direito de postular sua reeleição e, para fazê-lo, obrigam-se a visitas constantes aos seus redutos eleitorais, principalmente os Srs. Deputados que representam nesta Casa regiões distantes da Capital.

Tem sido norma entre os que postulam o direito de voltar para mais um quadriênio, fazerem um rodízio, através do qual conseguem o quorum mínimo indispensável para votação e aprovação das matérias.

Em razão de experiências anteriores, o Governo do Estado necessitando deste instrumento para promover concursos para a admissão de professores no Ensino Médio, atendendo também a apelos da própria Assembléia Legislativa que não se cansa de conchamar o Executivo para que dê aos professores suplementaristas de nosso Estado a oportunidade de, detendo um padrão de ensino maior, perceberem vencimentos condizentes com a grande realidade que tem de aprimorarem-se nas difíceis tarefas de ensinar nos nossos ginásios, nos nossos colégios comerciais e em nossas escolas normais secundárias.

O Sr. Governador do Estado, através deste plano de lei, objetiva criar cargos no Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Educação e Cultura. Não são cargos da Administração, nem são cargos polpudos. Não pretende o Sr. Governador do Estado enriquecer a Administração com um maior número de funcionários; pretende tão somente diminuir o número dos professores sofridos, dos chamados professores suplementaristas. Já se vão alguns anos que o Estado não promove concurso para preenchimento de vagas — vagas que não existem, é verdade — no Ensino Médio. Tenho certeza que, devolvida esta Mensagem para promulgação, haveremos, nesta Casa, de falar da necessidade do Governo do Estado criar cargos também no Ensino Primário. Já se vão alguns anos que nossas escolas normais secundárias, de grau colegial, estão a formar milhares de professoras primárias sem que se lhes dê oportunidade de ingressar no Magistério Público, ganhando um pouco mais do que percebem de vencimentos — vencimentos sempre parcos — pagos também em função das parcas arrecadações de nossos poderes municipais, em virtude da distribuição que se faz sempre com prejuízo para os nossos municípios.

Desejo apelar a meu eminente companheiro de Bancada, Deputado Erondy Silverio, para que não atribua à Liderança qualquer pretendida atitude coatora no instante em que a Liderança apenas cumprindo determinação constitucional solicita da Presidência que a Mensagem seja posta em votação. Sr. Presidente, quer me parecer que independe de votação do Plenário, vencido o prazo invocado, a devolução do Anteprojeto de Lei. Eu, Sr. Presidente, no meu Requerimento, indico o número dos protocolos de entrada destas mensagens, nesta Casa, bem como as respectivas datas. É fácil, Sr. Presidente, depreender que o Requerimento está todo ele respaldado pela nossa Constituição Estadual e tem por sua vez, a garantir a sua constitucionalidade, dispositivos idênticos relativos ao comportamento do Congresso Nacional, na análise das mensagens presidenciais. Preocupou-me a elaboração deste Requerimento o fato de que não pretendíamos, evidentemente, que a votação desta matéria ensejasse dúvidas quanto a validade, ou não, dele. Já se passam cinquenta dias que esta matéria deu entrada nesta Casa, já foi analisada pelas Comissões Técnicas, veio para a consideração do Plenário e todos os Srs. Deputados tiveram a oportunidade de se manifestar, se o quisessem, sobre a validade ou não dessas mensagens.

Fica, Sr. Presidente, no encaminhamento da votação praticamente levantada uma questão de ordem que sei não está respaldada pelo Regimento Interno desatualizado mas está respaldada pela Constituição no seu Art. 25 e parágrafos.

"Art. 25 — A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais estaduais, nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3.º — O Governador poderá enviar à Assembléia Legislativa projetos de lei sobre qualquer matéria que, se assim o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias a contar do seu recebimento, salvo matéria estatutária.

§ 4.º — A solicitação do prazo mencionado neste artigo poderá ser feita depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento.

§ 5.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estipulado neste artigo, considerar-se-ão aprovados os projetos, não correndo o prazo nos períodos de recesso da Assembléia Legislativa".

Quero crer que o parágrafo 5.º do Art. 25 da Constituição Estadual apenas faculta, e até é imperativo na observância deste dispositivo. Como a matéria não foi no prazo constitucional, invocado objeto de deliberação está em condições de ser promulgado pelo Chefe do Poder Executivo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente. Vali-me de um recurso regimental apenas para corrigir um pequeno equívoco do Líder do Governo, quando disse que a Casa não examinou a matéria. A Casa examinou a matéria, apenas não deliberou sobre a mesma. E nós queremos consignar: mais uma vez na Ata dos trabalhos a nossa estranheza pelo Governador do Estado usar destes recursos para a aprovação de uma Mensagem que poderia ser aprovada sem tanto apodamento.

Outro reparo, eu me fixei na minha posição em requerimentos desta natureza, não porque eu queira dizer com isso, que o que se pretende, é a criação de cargos polpudos, porque como já disse, a criação deste cargo é realmente necessária. Apenas fixei a minha posição, para que amanhã não tramite nesta Casa, uma Mensagem de teor idêntico, criando cargos absolutamente desnecessários, e que só visem criar ônus ao Tesouro do Estado. E para que não venha o Governador evocar o mesmo dispositivo em matéria desta natureza.

Quero deixar o meu ponto de vista, votando contrário ao Requerimento ora em discussão, porque acho uma forma inusitada do Sr. Governador conduzir os negócios do Poder Legislativo. Esta Assembléia tem negado, não só ao Governador Emílio Gomes, mas a todos os Governadores que o antecederam, aprovação de matérias que visem o progresso e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Portanto, a meu ver, é chocante, é desleal. Eu votarei contra o Requerimento, embora esta votação seja apenas simbólica. Porque constitucionalmente basta apenas a promulgação. Sabemos que decorrido o prazo constitucional, basta o Governador promulgar a Lei, sem esperar a Mensagem desta Casa.

Fica aqui consignada a minha estranheza e o meu protesto, Sr. Presidente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. MAURICIO FRUET — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Líder do Governo ponderou que a atitude adotada por S. Exa. o Sr. Governador do Estado ao enviar a esta Casa duas Mensagens para deliberação, ora em votação, tinha o objetivo único de, na primeira, criar cargos no Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Educação e Cultura e na segunda estabelecer nos termos da Legislação Federal Específica, novos níveis para as Alíquotas do ICM.

Primeiramente poderemos dizer que a primeira Mensagem ora em discussão e votação e a outra que dentro em pouco será colocada em votação pelo Presidente da Casa visam atender os interesses de nosso Estado. Se de um lado necessariamente votaremos pela sua aprovação, por outro lado não poderemos deixar de consignar na Ata dos trabalhos desta Sessão que acompanhamos o pensamento do eminente Deputado Erondy Silverio porque, apesar das ponderações de S. Exa. o Sr. Líder do Governo, de forma alguma, vemos a necessidade tão imperiosa, vemos a necessidade tão saliente de S. Exa. o Sr. Governador do Estado invocar o dispositivo constitucional que esta tarde foi trazido a esta Casa.

Portanto, acompanhamos o pensamento do nobre Deputado Erondy Silverio, por julgarmos principalmente, que a invocação deste dispositivo, dos projetos ora em discussão, de forma alguma, poderá se constituir matéria habitual por parte do atual Governador ou do próximo que será ratificado no próximo dia três de outubro por esta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, não sei porque meu eminente amigo e companheiro de Bancada, Deputado Erondy Silverio, vote contra o Requerimento da Liderança.

A consideração que tenho por S. Exa., a alegria de vê-lo sempre a integrar a Bancada da ARENA em defesa dos mais altos interesses da coletividade paranaense, fazem com que eu retire o meu Requerimento e nesta questão, de ordem, apelo à Presidência que não remeta que comunique tão somente ao Sr. Governador do Estado que, no prazo constitucional invocado, esta Casa não deliberou sobre a matéria. Era a questão de ordem. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A questão de Ordem formulada pelo nobre Líder do Governo, evidentemente, a segunda questão de ordem considera a primeira prejudicada. Defiro o pedido sobre a retirada do Requerimento e defiro a comunicação a S. Exa. o Governador do Estado no sentido de que no prazo determinado pela Constituição os projetos não foram evidentemente objetos de deliberação final.

No entanto a retirada deste Requerimento obriga esta Presidência a continuar colocando em votação os Projetos de Lei em questão.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 115/74. Em votação. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 27/74, que dispõe sobre a abertura de um crédito no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), para atender despesas com o Pessoal Temporário da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 32/74, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para despesas com auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 44/74, que visa estabelecer nos termos da Legislação Federal Específica, novos níveis para as Alíquotas do I.C.M. (Imposto de Circulação de Mercadorias) a partir do exercício financeiro de 1973. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 286/73, de autoria do Deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava — "S.O.S.", com sede na cidade de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 286/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava — "S.O.S.", com sede em Guarapuava neste Estado.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1973.

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Guarapuava, com personalidade jurídica desde 1967, vem prestando reais serviços à comunidade, não apenas no campo estrito da assistência, como, principalmente, no que se refere à promoção humana. Assistindo os realmente necessitados, promove a recuperação daqueles que por infelicidade, ficam à margem da vida. Estimula e cria obras de bem estar, mantém e subvenciona outras, de modo a atingir grande área assistencial.

Justifica-se plenamente a concessão da medida, mais como um incentivo àquelas que mourejam na entidade, com o elevado espírito comunitário de realizar o bem ao semelhante.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 286/73

1 — Com o presente Projeto de Lei, visa o nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

2 — Esta entidade está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; os membros de sua Diretoria não são remunerados a qualquer título e servem desinteressadamente à coletividade guarapuavana, preenchendo os requisitos exigidos pela legislação regulamentadora da matéria enfocada.

3 — Face ao exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ovídio Franzoni — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 286/73

I — O nobre Deputado Antônio Lopes Júnior é o autor do Projeto, que objetiva declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Guarapuava — "S.O.S.", entidade com sede na cidade de Guarapuava.

II — Pronunciou-se favoravelmente a douda Comissão de Constituição e Justiça, sobre a constitucionalidade e legalidade.

III — Do ponto de vista financeiro, nada a opor, motivo por que opinamos pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1974.

Quelise Crisóstomo — Presidente.

Igo Iwant Losso — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Casa do Adolescente", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 88/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Fundação Casa do Adolescente", com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1974.

Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, já é de todos nós conhecida, pelas inestimáveis serviços que presta aos jovens desamparados, de sexo masculino, na faixa de 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, orientando-os e ajudando-os na manutenção empregatícia na integração da comunidade, no seu bem estar e encaminhamento educacional.

Por isso, é perfeitamente dispensável aduzirmos outras considerações em favor da medida consubstanciada neste Projeto de Lei.

Para quaisquer outros esclarecimentos sobre a perfeita situação da entidade em questão, que preenche todos os requisitos legais para a sua declaração de utilidade pública é anexada a competente documentação.

Sala das Sessões em 20 de junho de 1974.

Ivo Thomazoni

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 88/74

Submete-se à deliberação desta Comissão Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, objetivando declarar de Utilidade Pública a "Fundação Casa do Adolescente", com sede na cidade de Curitiba.

Referida Proposição preenche todos os requisitos da legislação pertinente à matéria, ou seja, a Lei 4.309, de 17 de agosto de 1961, de âmbito estadual, e a Lei Federal 91, de 28 de agosto de 1935, regulamentada pelo Decreto 50.517, de 2 de maio de 1961.

Assim sendo, nenhum óbice se insurge à tramitação do Projeto, quer sob o aspecto constitucional, legal ou jurídico.

Quanto à forma nada há a contestar.

Pe'o ACOLHIMENTO da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anacleto Reichert — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adolfo Valentin Roslino, ocorrido na cidade de Cambira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Adilson de Paula Guimarães. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cel. Oswaldo Xavier Pombo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei nrs. 235-73, 264-74, 69-74, 72-74 e 113-74 e de Resolução nrs. 30-74 e 31-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para a Mensagem n.º 58/74 — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Dipoa, órgão fiscalizador do Ministério da Agricultura, no sentido de que reveja sua política de inspeção aos pequenos açougues retalhistas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 101-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de atendimento à reivindicação de inúmeros pais de alunos que completam o 1.º ciclo do ensino escolar, e que pleiteiam a criação de um estabelecimento de 2.º ciclo escolar na Vila Higienópolis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja incluído no plano prioritário de obras, a construção da ponte sobre o Rio Fiquiri. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja incluído na pauta, o Projeto de Lei n.º 259/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Fazenda, no sentido de acolherem a reivindicação, formulada pela Câmara Municipal de Maringá, tendente a evitar o transporte desnecessário do trigo produzido em nosso Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições nrs. 180, 181, 182 e 183/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, expediente consubstanciado em apelo no sentido de que seja solucionado o problema do livro didático. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo sucesso da III Feira Nacional da Madeira — FENAM. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja dirigido apelo aos Srs. Secretário da Fazenda e

Presidente do Banco do Estado do Paraná S. A., no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para a instalação de uma Agência Bancária em Ramlândia, Município de Matelândia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da COPEL, no sentido de que venha a ser instalada rede de energia elétrica na localidade de São João, Município de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando voto de louvor pelo transcurso do 10.º aniversário da assinatura do convênio que estabeleceu o Comitê dos Companheiros das Américas Paraná-Ohio. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nrs. 30-74, 31-74 e de Lei nrs. 235-73, 264-73, 69-74, 72-74 e 113-74.

A Presidência convida os Srs. Deputados para a Sessão Solene, que se realizará amanhã, dia 24, às 15,00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. João Milanez.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Às onze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro (1974), na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta (16,30) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Quilse C. Silva e contando com número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia. Todos os Projetos foram aprovados pelo Senhor Presidente como relator e com pareceres favoráveis — aprovados. PROJETO DE LEI N.º 406-68 — de autoria do Senhor Deputado Roberto Wypych que, autoriza o Poder Executivo criar um Posto Agropecuário com Patrulha Mecanizada e Laboratório de Análises, subordinado à Secretaria de Agricultura na sede do Município de Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 78-74 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que acrescenta ao artigo 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972 o parágrafo que especifica. PROJETO DE LEI N.º 95-74 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Medianeira e Jurisdição nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7.a CIRETRAN. PROJETO DE LEI N.º 97-74 — de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo, doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra sob n.º 3 (três) da Quadra n.º 83 (oitenta e três) da Planta Geral da cidade do mesmo nome. PROJETO DE LEI N.º 98-74 — de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos à entidades que especifica. PROJETO DE LEI N.º 113-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 32-74, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para despesas com auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. PROJETO DE LEI N.º 115-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 43-74 — encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos que especifica, no Quadro Próprio do Magistério, da Secretaria de Educação e Cultura. PROJETO DE LEI N.º 116-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 44-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa estabelecer nos termos da Legislação Federal que especifica, novos níveis para as alíquotas do I.C.M. (Impostos Circulação de Mercadorias) a partir do exercício financeiro de 1975. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 158-74 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quilse C. Silva — Presidente

a) Teresinha B. Moura e Claro — Secretária

DFEP — CONTABILIDADE GERAL — BALANCETE DO MÊS DE AGOSTO/1974

ATIVO

DISPONÍVEL		
Tesouraria	2.368.957,52	2.368.957,52
EXECUÇÃO DA DESPESA		
Venc. e Vantagens Fixas	10.728.069,80	
Desp. Var. c/p. Civil	4.823.267,43	
Material de Consumo	475.157,58	
Serviços de Terceiros	2.254.753,91	
Encargos Diversos	950.800,00	
Desp. Exerc. Anter.	119.441,01	
Subvenções Sociais	4.029.000,00	
Inativos	1.587.613,88	
Pensionistas	554.918,84	
Salário Família	216.882,84	
Equip. e Instalações	668.307,62	
Material Permanente	1.021.641,01	
Aux. p/ Obras Públicas	5.000.000,00	
Contr. de Previdência Social ...	287,29	32.430.151,21
CONTAS PENDENTES		
Despesas Diferidas	—0—	—0— 32.430.151,21
SOMA DO ATIVO		34.799.108,73

PASSIVO

LIBER. SECR. FAZENDA		
PESSOAL		
Venc. e Vantagens Fix.	10.920.000,00	
Desp. Var. c/ P. Civil	4.516.000,00	
Inativos	1.400.000,00	
Pensionistas	560.000,00	
Salário Família	200.000,00	17.596.000,00
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO		
Material de Consumo	475.000,00	
Serviços de Terceiros	2.070.000,00	
Encargos Diversos	730.000,00	
Desp. Exerc. Anter.	120.000,00	
Subvenções Sociais	1.960.000,00	5.355.000,00
CAPITAL		
Equip. e Instalações	845.000,00	
Material Permanente	1.135.000,00	
Aux. p/ Obras Públicas	1.740.000,00	3.720.000,00 26.671.000,00
CREDORES		
Despesas Empenhadas	6.005.789,53	
Despesas Processadas	754.553,84	
Folhas de Pagamento	620.323,90	
Restituições	12.807,21	
Consignações	—0—	7.393.479,48
RESTOS A PAGAR		
Empenhados	30.261,57	
Processados	2.100,00	32.361,57
CONTAS PENDENTES		
Outras Contas Pendentes	702.267,68	8.128.108,73
SOMA DO PASSIVO		34.799.108,73

Ps:ácio "XIX de Dezembro", em 01 de setembro de 1974.

(As. ilegível) — Chefe da Secção de Cont.

(As. ilegível) — Chefe da Div. Cont.

(As. ilegível) — Contador Geral